

Aviso de Contratação 10/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	17/07/2025 13:42 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		38/2025

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ/SP

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 38/2025

(Processo Administrativo nº 38/2025)

Torna-se público que a **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP**, por meio do **Setor de Compras e Licitações**, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço global**, fundamentada no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 2021**, no **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 25/07/2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: <http://comprasnet.gov.br>

Critério de Julgamento: Menor preço global

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de 1 (um) carregador para notebook DELL G15 5520, modelo LA240PM190 240W**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Como se trata de aquisição de um único item, o fornecedor interessado deverá apresentar proposta para o atendimento integral do objeto.

1.3. O critério de julgamento adotado será **o menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente **Dispensa Eletrônica** ocorrerá por meio do **Sistema de Dispensa Eletrônica**, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – **Compras.gov.br**, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no **Compras.gov.br** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, sendo encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, por mensagem eletrônica, na linha de fornecimento correspondente ao objeto.

3.1.2. O **Compras.gov.br** poderá ser acessado pela web ou por meio do aplicativo **Compras.gov.br**.

3.1.3. O fornecedor é o único responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta **Dispensa Eletrônica** os fornecedores:

3.2.1. Que não atendam às condições deste **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos;

3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com

agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente **Dispensa Eletrônica** ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação aplicável, conforme §1º do art. 9º da **Lei nº 14.133, de 2021**.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da **Dispensa Eletrônica** ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, por meio do Sistema **Compras.gov.br**.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do **Aviso de Contratação Direta**, deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para a contratação**, devendo atender integralmente à quantidade solicitada (1 unidade).

4.2.2. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de qualquer outro motivo.** O preço proposto deve incluir todos os custos envolvidos, inclusive entrega no local indicado no Termo de Referência.

4.3. Todas as especificações do objeto constantes da proposta, especialmente o preço ofertado, vincularão a Contratada.

4.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários para o fiel cumprimento do objeto, tais como despesas operacionais, tributos, encargos sociais, custos com transporte, embalagem, garantia e quaisquer outros que incidam sobre a execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que abrange a integralidade dos custos necessários ao atendimento da legislação vigente, inclusive direitos trabalhistas, normas

infralegais, convenções coletivas e eventuais termos de ajustamento de conduta, quando aplicável.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo direito a pleitear qualquer alteração sob alegação de erro ou omissão.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo indicado na proposta, no pagamento serão observadas as retenções previstas na legislação vigente.

4.7. A apresentação da proposta implica a aceitação integral das condições contidas no **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos, bem como o compromisso de execução do objeto nos exatos termos propostos e do **Termo de Referência**, inclusive fornecendo os materiais, equipamentos e utensílios necessários, se aplicável.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar o **Termo de Aceitação** no sistema, declarando que:

4.9.1. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigação de declarar eventual superveniência de tais fatos;

4.9.2. Está ciente e concorda com as condições estabelecidas no **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos;

4.9.3. Responsabiliza-se por todas as transações realizadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. Cumpre as exigências legais quanto à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da **Lei nº 8.213/91**;

4.9.5. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da **Constituição Federal**.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste **Aviso de Contratação Direta**, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema eletrônico para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do **Sistema Compras.gov.br**, sendo encerrada no horário previamente definido para a finalização da fase de lances.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do objeto, correspondente ao fornecimento de **1 (um) carregador para notebook Dell G15 5520, modelo LA240PM190 240W**, em conformidade com o **Termo de Referência**.

5.3. O fornecedor somente poderá apresentar lance com **valor inferior** ao último lance por ele registrado no sistema.

5.3.1. Serão admitidos lances intermediários, entendidos como aqueles iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor lance anteriormente ofertado pelo mesmo fornecedor.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances durante a fase competitiva, concorrerá com o valor de sua proposta inicial cadastrada.

5.6. Durante a fase de lances, os fornecedores serão informados, em tempo real, apenas do valor do menor lance registrado, sendo **vedada a identificação do fornecedor detentor da proposta**.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, o sistema encerrará automaticamente a etapa competitiva, promovendo o ordenamento e a divulgação dos lances em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática e pontual no horário indicado, **sem qualquer mecanismo de prorrogação, tempo randômico ou extensão automática da disputa**.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do valor estimado para a contratação, a Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP poderá negociar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com o fornecedor classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6.1.1. A negociação, se realizada, consistirá no envio de contraproposta ao fornecedor com o menor preço, podendo, caso necessário, ser estendida aos demais fornecedores classificados, na ordem de classificação, se a proposta do primeiro colocado for desclassificada.

6.2. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado no sistema eletrônico e divulgado a todos os participantes, compondo a ata do procedimento, que será juntada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o preço estimado para a contratação, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada da documentação complementar necessária, quando aplicável.

6.3.1. No caso específico desta contratação, que se refere à aquisição de bem único e padronizado, **não será exigida a apresentação de planilha de formação de preços.**

6.4. Após o envio da proposta adequada, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no procedimento, especialmente no que se refere à inexistência de sanções impeditivas de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4.1. Para essa verificação, serão realizadas consultas:

- a) ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**
- b) ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;**
- c) ao **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.**

6.5. A consulta será realizada tanto em nome da empresa quanto em nome de seu(s) sócio(s) majoritário(s), nos termos da legislação vigente.

6.6. Constatada a existência de sanção impeditiva ou tentativa de fraude para burlar eventuais ocorrências impeditivas, o fornecedor será notificado para apresentar esclarecimentos antes da adoção de qualquer medida de desclassificação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinado o atendimento da proposta às especificações técnicas do objeto e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, conforme previsto no **Termo de Referência.**

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.8.2. Não atender às especificações técnicas constantes do **Termo de Referência;**
- 6.8.3. Apresentar preço inexecutável ou acima do valor estimado;
- 6.8.4. Não comprovar sua exequibilidade, quando solicitado;
- 6.8.5. Apresentar desconformidade com qualquer exigência essencial deste Aviso e seus anexos, desde que insanável.

6.9. Será considerada inexecutável a proposta que, demonstradamente:

- 6.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos mínimos necessários para a execução do objeto ou apresentar valor simbólico, irrisório ou incompatível com os preços praticados no mercado;
- 6.9.2. Indicar custos inferiores aos estabelecidos por normas legais obrigatórias, quando aplicável.

6.10. Em caso de dúvidas sobre a exequibilidade da proposta, ou se necessários esclarecimentos adicionais, poderão ser realizadas diligências, nos termos do art. 64 da **Lei nº 14.133/2021.**

6.11. Eventuais erros formais no preenchimento da proposta ou no envio da documentação poderão ser sanados, desde que não haja alteração do preço ofertado ou das condições essenciais da proposta.

6.12. Para fins de verificação do atendimento às especificações técnicas do objeto, poderá ser consultado o setor requisitante ou área técnica competente, quando necessário.

6.13. Caso a proposta vencedora seja desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão poderá ser suspensa, com a devida comunicação aos participantes no chat do sistema eletrônico, informando-se a nova data e horário para continuidade.

6.16. Concluída a verificação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observando-se as exigências previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, constam do **Termo de Referência 38/2025** e serão solicitados exclusivamente do fornecedor mais bem classificado ao final da fase de lances ou da negociação, se houver.

7.2. A habilitação será verificada, preferencialmente, por meio do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É responsabilidade do fornecedor manter atualizadas, no SICAF, todas as comprovações necessárias à sua habilitação, com validade vigente na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, os documentos atualizados.

7.2.2. O descumprimento desta obrigação implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a Administração lograr obter as informações atualizadas por meio de consultas aos sítios oficiais dos órgãos emissores das certidões.

7.3. Caso seja necessária a apresentação de documentos complementares indispensáveis à confirmação da habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de inabilitação.

7.4. A apresentação de documentos originais em meio físico somente será exigida em caso de dúvida quanto à integridade ou autenticidade dos documentos digitais apresentados.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de **CNPJ ou CPF diferentes**, salvo quando legalmente permitidos.

7.6. Caso o fornecedor seja **matriz**, todos os documentos deverão estar emitidos em nome da matriz; caso seja **filial**, deverão estar em nome da filial, salvo para atestados de capacidade técnica ou documentos cuja emissão, por sua natureza, seja exclusiva em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos documentos fiscais (CND e CRF/FGTS) centralizados na matriz quando comprovada tal centralização.

7.8. **Não se aplica ao presente caso** a exigência de comprovação cumulativa de habilitação para múltiplos itens, uma vez que a contratação refere-se a **apenas um item único**.

7.9. Havendo necessidade de análise minuciosa da documentação de habilitação, a sessão poderá ser suspensa, com a comunicação, via sistema eletrônico, da nova data e horário para sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que:

7.10.1. Não apresentar os documentos exigidos para habilitação;

7.10.2. Apresentar documentos em desacordo com as exigências deste **Aviso de Contratação Direta** ou da legislação vigente.

7.11. Na hipótese de inabilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, a proposta subsequente será examinada, e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação, até a seleção de proposta que atenda às exigências do objeto e da habilitação.

7.12. Constatado o atendimento integral às exigências de habilitação, o fornecedor será considerado habilitado para prosseguimento do procedimento.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não se aplica.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, a formalização da contratação se dará por meio da **emissão de Nota de Empenho**, que servirá como instrumento equivalente ao contrato, nos termos do art. 95 da **Lei nº 14.133, de 2021**, considerando-se a natureza e o valor da presente contratação.

10.2. O adjudicatário será convocado, por meio do sistema eletrônico ou por outro meio oficial, para manifestar o aceite da **Nota de Empenho**, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste **Aviso de Contratação Direta**.

10.2.1. A Nota de Empenho poderá ser disponibilizada eletronicamente para aceite no próprio sistema ou encaminhada por meio eletrônico oficial, devendo ser aceita e devolvida dentro do prazo estipulado.

10.2.2. O prazo para manifestação poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O aceite da **Nota de Empenho** pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:

10.3.1. A Nota de Empenho substitui o contrato formal, aplicando-se à relação as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;

10.3.2. A contratada se obriga aos termos de sua proposta, bem como às condições previstas neste **Aviso de Contratação Direta**, no **Termo de Referência** e demais anexos;

10.3.3. As hipóteses de rescisão e os direitos da Administração serão aqueles previstos nos artigos 137 a 139 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

10.4. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no **Termo de Referência**, limitado à entrega do objeto e à garantia ofertada, conforme aplicável.

10.5. No momento da formalização da contratação, por meio da emissão da **Nota de Empenho**, será exigida a manutenção das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso e na legislação vigente, as quais deverão ser preservadas durante toda a vigência contratual.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no artigo 155 da **Lei nº 14.133, de 2021**, dentre as quais destacam-se:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do objeto contratado;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do objeto;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não aceitar a Nota de Empenho ou não apresentar a documentação necessária à formalização da contratação dentro do prazo;

11.1.7. Retardar, sem justificativa, a entrega do objeto contratado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa durante o procedimento ou a execução contratual;

11.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre fornecedores, em qualquer fase do procedimento;

11.1.11. Praticar atos ilícitos visando frustrar o procedimento;

11.1.12. Praticar atos lesivos à Administração, nos termos do art. 5º da **Lei nº 12.846, de 2013** (Lei Anticorrupção).

11.2. O fornecedor que praticar qualquer das infrações acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência**, nos casos de menor gravidade ou quando não se justificar penalidade mais severa;

b) **Multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total da contratação, nos casos de descumprimento injustificado de obrigações contratuais;

c) **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública do respectivo ente federativo, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos casos de inexecução parcial grave ou de não formalização da contratação;

d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, nos casos de fraude, inidoneidade, apresentação de documentação falsa ou prática de atos ilícitos graves.

11.3. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

11.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas de forma cumulativa com a multa, conforme disposto no §7º do art. 156 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

11.5. Antes da aplicação de qualquer sanção, será garantido ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, devendo apresentar manifestação no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação.

11.6. Se o valor da multa e das indenizações superar o valor eventualmente devido ao fornecedor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será objeto de cobrança judicial.

11.7. Antes da cobrança judicial, será facultado ao fornecedor o recolhimento administrativo da multa no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da comunicação oficial.

11.8. O processo de aplicação das sanções seguirá o devido processo legal, com instauração de processo administrativo próprio, nos termos do art. 158 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

11.9. Na aplicação das penalidades serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) A existência de programa de integridade implementado pela empresa.

11.10. Se as infrações administrativas também forem caracterizadas como atos lesivos na forma da **Lei nº 12.846/2013**, os procedimentos serão apurados e julgados conjuntamente.

11.11. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada nos casos previstos no art. 160 da **Lei nº 14.133, de 2021**, assegurado o contraditório, a ampla defesa e análise jurídica prévia.

11.12. A Administração comunicará as sanções aplicadas aos cadastros oficiais (**CEIS e CNEP**) no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, para fins de publicidade.

11.13. As sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, conforme art. 163 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente **Aviso de Contratação Direta**, com nova data para apresentação de propostas;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que subsidiou o procedimento, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. Nessa hipótese, a contratação será operacionalizada fora do presente procedimento.

12.1.3. Fixar prazo para que os fornecedores adequem suas propostas ou documentos de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências previstas nos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser adotadas caso não haja o comparecimento de fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de qualquer ato pelos fornecedores cujo prazo não esteja expressamente fixado neste **Aviso de Contratação Direta**, será observado o prazo indicado na notificação expedida pelo agente competente da Administração.

12.4. É de exclusiva responsabilidade do fornecedor o acompanhamento das operações no sistema eletrônico, incluindo a verificação de mensagens, comunicações ou notificações, não podendo alegar desconhecimento para justificar a perda do negócio.

12.5. Na hipótese de inexistência de expediente na data agendada ou de ocorrência de fato superveniente que impeça a realização do procedimento na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação oficial em contrário.

12.6. Todos os horários fixados para a realização do procedimento, envio de lances e demais atos observarão o **horário de Brasília-DF**, inclusive para contagem de prazos e registros no sistema.

12.7. No julgamento das propostas e na verificação da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas ou a validade jurídica dos documentos, mediante despacho fundamentado e registrado no sistema eletrônico, conferindo-lhes validade para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas constantes deste **Aviso de Contratação Direta** serão sempre interpretadas de forma a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que resguardados o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem integralmente todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento.

12.10. Em caso de divergência entre as disposições deste **Aviso de Contratação Direta** e as de seus anexos ou demais documentos do processo, prevalecerão as disposições contidas neste **Aviso**.

12.11. Ao final da sessão pública será gerada e divulgada, no sistema eletrônico, a **Ata da Sessão**, que integrará os autos do processo.

12.12. Integram este **Aviso de Contratação Direta**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. **ANEXO I** – Termo de Referência 38/2025;

12.12.2. **ANEXO II** – Relatório de Pesquisa de preço.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 17/07/2025 às 13:42:41.

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio